

RASTROS FEMININOS NO ALTO JURUÁ (1890-1945)

Estefania Knotz C. Fraga*

Wolff, Cristina Cheibe. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá Acre (1890-1945)*. São Paulo, Hucitec, 1999, 291 p.

A região do rio Juruá representa, para mim, um fascinante mistério. Conheço bem o vale do rio Acre, onde nasci e por onde andei nos “empates” e movimentos em defesa da floresta. Mas do Juruá só sabia histórias fantásticas dos tempos da colonização: sofrimentos da guerra, dizimação de povos indígenas, escravidão nos seringais e, ao mesmo tempo, farturas dadas da natureza, exuberante beleza nas margens do rio, milagres e misticismos. (...) Assim, recebo esse trabalho de Cristina Cheibe Wolff como mais uma etapa de minha iniciação nos mistérios do Juruá. Ainda mais que o tema que ela escolheu me toca na intimidade: a vida das mulheres na floresta.

Marina Silva (Prefácio, p. 5)

Cristina Cheibe Wolff em sua tese de doutorado¹, agora oportunamente publicada, demonstra que o problema das fontes (por muito tempo consideradas “perdidas”) para o estudo da história das mulheres, muitas vezes depende de um olhar atento do historiador. Se na historiografia da região e mesmo na antropologia raras são as referências às mulheres – nomeadas apenas como “mulheres de seringueiros” –, a pesquisadora nos revela a experiência social das mulheres que, juntamente com os seringueiros, construíram historicamente, na Amazônia, um modo de vida que se sustenta na floresta.

Consultando aproximadamente 2.000 processos criminais, civis, e de habilitação de casamentos, no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, uma das principais cidades do Acre, no período entre 1904 e 1945, jornais e fontes bibliográficas produzidas por

* Professora do Departamento de História, PUC-SP.

1 Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Maria Odila L. S. Dias.

missionários, viajantes e funcionários que estiveram na região, a autora encontra informações sobre as práticas cotidianas de seringueiros e seringueiras, patrões e patroas, índios e índias, prostitutas e outros habitantes da região do Alto Juruá. Nesse material a predominância do discurso masculino não impediu que a pesquisadora ouvisse as vozes femininas, ainda que na condição de réis, vítimas ou testemunhas. Além de dialogar com a documentação escrita, Cristina também realizou 26 entrevistas orais, com pessoas idosas, em sua maioria mulheres, que viveram nos seringais, e com homens e algumas mulheres da cidade de Cruzeiro do Sul, que lhes contaram histórias do passado, possivelmente transmitidas por seus pais e avós.

As histórias e “casos”, contados diferentemente pelos depoentes e articulados às suas histórias pessoais, revelam a existência na região de uma certa tradição oral. Algumas histórias são freqüentemente lembradas, por exemplo, os relatos sobre a captura de índias, nas “correrias”, para serem amansadas e se tornarem mulheres de seringueiros. Esses relatos orais e o diálogo com outras fontes permitem à autora construir uma análise das relações de gênero e etnia no Alto Juruá.

Se é recorrente na bibliografia que trata da exploração da borracha na Amazônia a presença de migrantes nordestinos, Cristina manteve o olhar atento para encontrar nas fontes (a maioria produzida pela escrita masculina) vestígios da presença feminina na constituição dos seringais. As imagens de mulheres, como a índia que se confunde com a floresta, a prostituta, a companheira, registradas na literatura sobre a região no período áureo da borracha (1890-1913), invariavelmente complementam a figura do homem seringueiro, descrito como forte e herói solitário daquela epopéia. Contudo, contrariando os registros tradicionais, a pesquisadora lança luz sobre figuras femininas e revela que Franciscas, Clarindas, Joanas, Raimundas, as “mulheres invisíveis” – porque invisível era, na ótica masculina, o trabalho que realizavam – deixaram rastros nas estradas da seringa desde o início da exploração da borracha em 1870. Pouco numerosas, nos depoimentos são lembradas como “objeto de luxo”, e, em função dessa escassez, as mulheres na sociedade dos seringais podiam ser comercializadas (encomendadas ao patrão), “pegas na mata” ou “roubadas do pai”. Nos processos judiciais consultados pela autora, era comum o pedido de dispensa de proclamas, pois o noivo havia raptado a moça. Entretanto, o mesmo material documental permite à autora concluir que esse tipo de “aquisição” dependia da mulher e que ela desenvolvia estratégias para impor sua vontade e fugir da situação de domínio.

A presença de famílias na configuração da sociedade seringueira começa a ser registrada a partir de 1912 nos documentos e escritos deixados por funcionários do

governo em atividade na região ou por viajantes e missionários. Com a crise da borracha, muitos migrantes nordestinos sentiram-se desencorajados a voltar ao Nordeste (era o projeto de vida original) e os que permaneceram na região construíram uma nova relação com a floresta. Como o tempo dedicado à extração de látex diminuiu, os seringueiros passaram a realizar outras atividades como a caça, a pesca, o artesanato e a agricultura. Nesse momento, acentuou-se a importância do trabalho feminino e infantil, o que permitiu à população que permaneceu no local sobreviver à crise, graças a um modo de vida construído na região, em que as mulheres e crianças passaram a ter importância destacada, pois a diversificação das atividades era necessária à sobrevivência na floresta e elas demandavam o esforço de todo o núcleo familiar. Trazendo para o texto a fala das mulheres que lembram as condições de vida naquele período (Calô, Raimunda, Mariana, Esmeralda, para citar algumas), a autora constata a importância que a agricultura assume e que era realizada por homens, mulheres e crianças, salientando que mesmo a extração da seringa era atividade de mulheres solteiras, sem filhos ou viúvas.

Se os grupos familiares extensos (herança cultural nordestina) passam a se constituir como condição de sobrevivência, Cristina, consultando os processos de habilitação de casamentos no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, demonstra que os casamentos civis eram raros e que na região ocorria uma diversidade de relações nas quais predominavam as uniões informais. O núcleo familiar incluía mais pessoas do que a família nuclear tradicional, e, conforme constata a autora, faziam parte do grupo de convívio familiar compadres e comadres, colegas de trabalho e filhos adotivos (crianças índias pegadas no mato, nas chamadas “correrias”).

Trabalhando a problemática de como se constituem e se relacionam homens e mulheres nos seringais do Acre, com base nos “estereótipos e convicções vigentes na sociedade ocidental, mas também nas condições inusitadas impostas pela natureza da floresta e das condições de trabalho dos seringais” (p. 14), a pesquisa destaca que as “relações entre índias e migrantes nordestinos no Alto Juruá parecem ter padrão duplo e simultâneo de confronto e assimilação” (p. 154). Essa questão é particularmente trabalhada no capítulo 3 do livro, sob o título “Índias e seringueiros”, no qual a autora, consultando fontes bibliográficas da época, trabalhos recentes sobre a região e, sobretudo depoimentos, demonstra que ocorreu na região um processo de assimilação dos índios, “tanto física quanto culturalmente, à vida dos seringais” (p.154). Indígenas tornaram-se seringueiros e agricultores, crianças índias foram adotadas e muitas mulheres foram “amansadas” e se tornaram mulheres de seringueiros. Analisando esses temas em momentos especialmente interessantes do capítulo, destaca “A Floresta como despensa”,

“Índios-seringueiros”, “Cearenses e caboclos”, para concluir que na região a população “cons-truiu uma maneira de viver que mescla elementos das culturas indígenas com elementos nordestinos, bem como novas criações culturais, improvisações no cotidiano de convivência com a floresta” (p. 193). Portanto, como nos demonstra a pesquisadora, muito do conhecimento da floresta, das formas de sobrevivência na região, além de outros bens culturais, como as festas, as relações de parentesco, a magia, foram apropriações dos costumes, da técnica e do conhecimento indígena pelos seringueiros. O estudo realizado por Cristina não deixa dúvidas ao leitor de que se a intimidade com a floresta foi criada com base no trabalho de seringueiros (migrantes nordestinos), estes muito aprenderam com os “caboclos” – índios e mestiços – que foram incorporados aos seringais, sobretudo a partir da crise da borracha.

Na relação entre seringueiros e indígenas, destaca-se o trabalho analítico que a autora empreende quando trata da questão do preconceito contra indígenas na região. Observa que, após a crise da borracha, tornou-se mais difícil contar com a migração nordestina e muitos seringais tiveram de incorporar os índios como seringueiros, uma mão-de-obra que, no período áureo da extração do látex, não se mostrava atrativa, pois os índios jamais abandonaram seus roçados e a prática da caça e pesca para se dedicar com exclusividade ao trabalho da seringa. Como consequência, dedicavam menos horas a esse trabalho e também, como proviam sua própria subsistência, dependiam menos do armazém do patrão. Uma prática que foi, posteriormente, no momento de queda dos preços da borracha, adotada por seringueiros migrantes que permaneceram na região. Essa constatação permite à autora concluir que,

apesar de todo o discurso que, na região do Acre liga “trabalho” aos nordestinos, e que concebe os “caboclos” como “preguiçosos” e indolentes, já que o trabalho por excelência nessas paragens é o corte da seringa, não há dúvidas de que, pelo menos na região do Alto Juruá, os diversos grupos ou indivíduos indígenas participaram de uma forma ou de outra da indústria extrativa da borracha, bem como sustentaram diversas outras atividades, como a agricultura e a pesca, por exemplo, sem as quais se tornaria praticamente impossível a sobrevivência na área após o início do período da crise do preço do látex. (p.184)

O modo de vida criado nos seringais, sobretudo a partir de 1912, quando a crise da borracha obrigou os seringueiros a desvendarem os segredos da floresta, é, segundo a autora, grande devedor de técnicas, práticas, conhecimentos e crenças indígenas. Nesse aspecto, destaca em seu estudo que as crenças ligadas à caça, as técnicas para produzir objetos de cestaria (e que se fundiam com as tradições de artesanato dos nordestinos

para a confecção de paneiros e outros tipos de cestos), a preferência pela carne de caça têm fundas referências na cultura indígena. Do mesmo modo, as atividades de parteira e curandeira exercidas pelas mulheres, o conhecimento dos “remédios da mata” demonstram que, embora essas mulheres tivessem sido “integradas à força na sociedade dos seringais, elas mantinham muito do seu conhecimento, costumes, hábitos alimentícios e crenças, passando-os para seus filhos e disseminando-os no novo modo de vida que se criava...” (p. 171).

Contudo, se os seringueiros assimilaram muitos conhecimentos e tecnologias indígenas para aproveitamento dos recursos da floresta, o conhecimento e as práticas culturais nordestinas também estiveram presentes nesse processo de assimilação. Assim, por exemplo, os curadores, homens e mulheres que curavam doenças mediante rezas e prescrição de remédios à base de ervas medicinais, indicam, segundo Cristina, a contribuição indígena, ressaltando, entretanto, que existem práticas usadas no tratamento de doenças que revelam a matriz nordestina. Muitas vezes, numa mesma pessoa, como é o caso de uma curandeira entrevistada por Cristina, mesclam-se as duas matrizes culturais “fazendo dessa mescla algo novo, nova forma cultural de tratar as doenças e problemas comuns” (p. 135).

A pesquisa realizada por Cristina Scheibe Wolff, que deu origem ao livro que tem o sugestivo título de *Mulheres da floresta*, permite ao leitor percorrer através da profusa e variada documentação, competentemente trabalhada pela autora, os rios, as matas, as estradas de seringa e as cidades do Alto Juruá, numa viagem ao passado no presente e “uma viagem pelo presente e pela nossa sociedade, pois a busca do outro e do estranho sempre tem como referência a nós próprios, e nos faz repensar práticas e convicções” (p. 13). É também, como ressalta Cristina, na Introdução do livro, uma viagem pelos “tempos” que foi encontrando pelo caminho: “os tempos da história, os tempos da natureza, os tempos inventados e vividos na cultura cotidiana de personagens dos processos judiciais e dos relatos antigos ou na memória e na vida de seringueiros e seringueiras de hoje”. Mas, em particular, ressalta plenamente no trabalho da autora o objetivo de dar visibilidade às mulheres sem que nesse propósito se tenha perdido ao longo dos quatro capítulos do livro. Já no capítulo 1 as mulheres surgem como sujeitos e o título antecipa os resultados, ao contrário do que afirma a tradição literária na região: “De primeiro... as mulheres na constituição dos seringais”. No capítulo 2, trabalhando vasto material documental, trata da constituição da família como grupos de sobrevivência e sociabilidade, aprofundando a análise das relações de gênero no período que se segue à crise da borracha. O título do capítulo “... E não desapareceram... a sobrevivência

na floresta (1913-1945)” mostra o desafio enfrentado pelo seringueiro para não desaparecer, criando e desenvolvendo práticas e estratégias para sua sobrevivência, e, nesse processo, as transformações nas relações de gênero foram fundamentais. Em “Índias e seringueiros: gênero e etnia”, título do capítulo 3, a pesquisa dá conta de analisar as tensas relações entre índios e seringueiros, as “correrias”, o aprendizado das técnicas indígenas para sobrevivência na floresta, o preconceito que marca a relação entre cearenses e caboclos, as improvisações e resistências das mulheres índias “caboclas pegadas na mata”, resultando dessa relação um novo modo de vida que mescla elementos da cultura indígena e nordestina. Finalmente, o capítulo 4, sob o título “A linguagem da violência”, analisa a sociedade dos seringais do Alto Juruá, “atravessada pela violência em praticamente todos os níveis de relações sociais” (p. 195). Alguns temas, como honra e ciúme, violência na conjugalidade, incesto, estupro, resistência e violência feminina, são trabalhados pela autora a partir da consulta a centenas de processos judiciais (e também depoimentos) para demonstrar como na cultura que se foi formando no Alto Juruá a violência era um código de masculinidade, mas também exercido pelas mulheres.

O livro de Cristina Scheibe Wolff certamente se constituirá como interlocutor no diálogo com a produção bibliográfica que trabalha o tema da exploração da borracha, pois consegue dar visibilidade aos sujeitos que, com suas práticas e vivências, traçaram os limites de um território que não se configura apenas como o espaço da economia do látex, mas é o lugar marcado pela memória, pelas experiências e pela subjetividade de seringueiros e seringueiras.